

Mattos, Sérgio. Ensino de Jornalismo: sem a integração entre a teoria e a prática não haverá solução. In MARQUEUS DE MELO, José (Org.). **Transformações do jornalismo brasileiro: ética e técnica**. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1994, pp. 27-38. (Livro com 170 páginas).

ENSINO DE JORNALISMO: SEM A INTEGRAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NÃO HAVERÁ SOLUÇÃO

Sérgio Mattos

Este trabalho tem o objetivo de estimular o debate sobre o ensino do Jornalismo e sua prática laboratorial. Partindo do desenvolvimento histórico do curso no Brasil e na Bahia, apresenta propostas, visando maior valorização desta habilitação.

Este *paper* foi preparado para o GT de Jornalismo do evento "50 Anos de Ensino do Jornalismo no Brasil". Nele destacamos algumas deficiências do curso de Jornalismo na Bahia, além de apresentarmos vantagens e contribuições para a evolução da imprensa e do profissional local. Discutimos, também, as tendências curriculares e a eterna disputa entre as correntes que defendem um curso com predominância teórico-humanística ou com maior concentração prático-laboratorial.

HISTÓRICO DOS CURSOS DE JORNALISMO

O marco de início do ensino de jornalismo, no Brasil, não é determinado pelo Decreto de Getúlio Vargas, criando o curso universitário no bojo da Faculdade de Filosofia, mas sim pelo curso de Jornalismo instalado em São Paulo, no ano de 1943, pelo jornalista Vitorino Prata Castello Branco.

O pioneirismo de Vitorino teve, inicialmente, o apoio da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo – APISP, que cedeu seu auditório para a realização do curso. Contudo, devido às pressões por parte dos segmentos opositores a ajuda foi retirada, depois de algum tempo, levando o curso ao fracasso. Mas Vitorino não se deixou vencer: reuniu todo o material distribuído durante as aulas, editando, em 1945, um livro intitulado *Curso de*

Jornalismo, que é o atestado de que o ensino de jornalismo no Brasil, realmente, começou no ano de 1943.

O ensino de jornalismo em nível universitário foi iniciado em 1948, embora o Decreto que o instituiu de número 5.480, date de maio de 1943. Tal decreto, sancionado por Getúlio Vargas, instituía o curso na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

A demora entre a sanção presidencial e o início de funcionamento resultou da oposição à formação de jornalistas em nível universitário, tanto por empresários da área como por profissionais das mais diversas formações, mas que atuavam no mercado. Os primeiros temiam a valorização do profissional de nível superior a quem teriam de pagar melhores salários. Os segundos receavam a concorrência.

As diretrizes pedagógicas destinadas ao ensino de Jornalismo, em termos oficiais, só foram fixadas em 1946, pelo então ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, através do estabelecimento de uma estrutura curricular, definindo ainda, outras providências de ordem didática.

O curso iniciado apresentava visível predominância das matérias culturais em detrimento das matérias técnicas. Data também do mesmo ano, em São Paulo, o curso de jornalismo da Cásper Líbero, também vinculado à Faculdade de Filosofia, valorizando, entretanto a abordagem técnico-profissional.

ENSINO NO NORDESTE

Contrariando informações do mestre do jornalismo brasileiro, Luiz Beltrão, de vários pesquisadores e publicações existentes até o momento, o ensino de Jornalismo no Nordeste não foi iniciado no ano de 1959; tampouco os primeiros jornalistas profissionais nordestinos a portarem título universitário colaram grau em 1961. Isto porque, historicamente documentado, a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia aprovou o seu Regimento Interno, em sessão do Conselho Universitário de 28 de abril de 1949 e nele foi inserido um curso de Jornalismo, instalado no ano de 1950 com grande afluência de candidatos. O ministro da Educação, na época, era o baiano Clemente Mariani que facilitou a instalação do curso durante o reitorado de Edgard Santos.

Os primeiros Bacharéis em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia colaram grau em 1952, quando 64 dos quase 120 ingressos, concluíram o curso. Dentre esses

destacam-se alguns profissionais que ainda estão atuando na imprensa baiana a exemplo de Germano Machado, Genésio Ramos, Junot Silveira, José Olímpio da Rocha e outros. O corpo docente desse curso fora constituído por profissionais que militavam nos jornais *A Tarde* e *Diário de Notícias*.

No período de 1953 a 1961, o curso de Jornalismo da UFBA ficou sem funcionar, voltando a ser oferecido em 1962. Nesse intervalo surgiu, em Salvador, o Instituto de Jornalismo da Bahia – fundado por Germano Machado, Hermano Gouveia Neto e Antônio Virgílio Sobrinho – que, entre 1950 e 1964, ofereceu vários cursos práticos de Jornalismo de curta duração, tendo como professores exatamente os egressos da primeira turma formada pela UFBA.

Segundo depoimento do professor Luiz Beltrão, o ano de 1959 foi marcante na história do ensino de jornalismo no Nordeste. Nesse ano, as irmãs da Congregação de Nossa Senhora de Lourdes, que mantinha a Faculdade de Filosofia das Lourdinhas, em João Pessoa, conseguiu autorização para o funcionamento do Curso de Jornalismo na capital paraibana. Os primeiros jornalistas desse curso receberam seus diplomas de bacharel no ano de 1961. Naquele mesmo ano foi instalado o curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, sob a direção de Luiz Beltrão.

TENDÊNCIAS DO ENSINO

Quem melhor configurou o ensino do Jornalismo nas universidades, classificando-o de acordo com o contexto histórico foi o professor José Marques de Melo. Segundo ele, o ensino apresenta, ao longo de sua existência, quatro tendências de valorização curricular distintos: ético-social, técnico-editorial, político-ideológica e crítico-profissional.

Assim é que os primeiros cursos universitários de Jornalismo, oferecidos no final da década de 40 (Cásper Líbero, em São Paulo, e Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro) apresentavam uma acentuada tendência para questões de natureza deontológica, enfatizando aspectos éticos, jurídicos e filosóficos compreensíveis no contexto político e social do país em 1945.

A corrente deontológica e jurídico-social continuou influenciando a estrutura curricular dos cursos de jornalismo até o ano de 1964. Aí, já vivendo a ditadura militar, inicia-se o segundo momento: o técnico-editorial, que passa a dar predominância à corrente que valoriza a técnica jornalística, buscando a melhoria dos padrões técnicos-editoriais.

A evolução da história política do país levou ao processo de abertura que reacendeu a esperança de práticas democráticas, fortificado pelas eleições parlamentares de 1974. Nesse período, sob a ótica de José Marques de Melo, houve uma tendência de resgate da trama político-ideológica que orienta e determina o processo de captação, codificação e difusão de notícias.

A crise que se instalou, a seguir, nos cursos de Comunicação tinha duas causas: discussão da qualidade do ensino dos cursos de Comunicação e a contestação, pelos principais jornais do país, da regulamentação da profissão de jornalista com exigência do diploma específico.

A busca de solução para esta crise gerou a realização de debates que visavam identificar as alternativas que resultassem na melhoria dos cursos. Daí surgiu o quarto momento, classificado por Marques de Melo como sendo o de tendência crítico-profissional.

A melhoria dos cursos de Comunicação, no que tange à habilitação de jornalismo, busca, então, soluções através da ênfase na prática laboratorial. A Resolução número 03/78 do Conselho Federal de Educação fixa o currículo mínimo e, no seu anexo II estabelece ainda, a obrigatoriedade de laboratórios para atender os requisitos das disciplinas das habilitações. No caso do curso de Jornalismo, a Resolução determina que as instituições que os oferecem devem possuir os seguintes equipamentos, condição *sine qua non*, para o seu funcionamento: redação modelo, oficina gráfica, sala de diagramação, laboratório fotográfico, laboratório de rádio, tele e cine-jornalisms, hemeroteca.

Tal determinação foi reforçada, posteriormente, pela Resolução CFE 02/84 que ao dispor sobre o currículo mínimo em vigor exige, também, a implantação dos laboratórios, determinando um prazo de três anos para atendimento. As exigências estão especificadas no Parecer nº. 480/83, que trata de instalações e laboratórios.

O CURRÍCULO E OS LABORATÓRIOS

Apesar de ter sido elaborado com a participação das comunidades acadêmica, profissional e empresarial o atual currículo mínimo, fixado pela Resolução 02/84, pouco inovou e pouco acrescentou em termos pedagógicos. Na verdade, a conquista da exigência da prática laboratorial, uma reivindicação dos setores profissionalizantes, contribuiu para aumentar a polêmica entre formação mais teórico-humanística *versus* formação mais prática-laboratorial.

Já se passaram quase 10 anos da publicação da Resolução 02/84 e a maioria dos cursos de Comunicação, principalmente os das Universidades Federais, continuam sem cumprir as determinações do CFE no que tange aos laboratórios. Nesse rol inclui-se a Bahia, onde o curso de Jornalismo, única habilitação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal, apesar de ter adquirido alguns equipamentos não consegue cumprir sequer a obrigatoriedade de editar um mínimo de oito exemplares/ano do Jornal Laboratório, não por falta de produção dos alunos com a devida orientação docente, mas por inexistência de recursos financeiros, limitando, portanto, as etapas do processo de edição do jornal apenas até a diagramação dos textos preparados.

Durante o reitorado de Rogério Vargens (1988-1992), conseguiu-se, depois de muito empenho, que a Reitoria financiasse, pelo menos, quatro edições por ano, ainda em visível descumprimento à Resolução do CFE. Na atual administração, há recursos para a publicação de um "Jornal da UFBA", sem que haja qualquer participação dos corpos docente e discente da Faculdade de Comunicação. Entretanto, para cumprir as exigências curriculares, nunca existem verbas e o Jornal Laboratório continua sendo ignorado; quando sai, vez por outra, o atraso é tamanho que os alunos que prepararam aquela edição já concluíram as respectivas disciplinas de produção.

O Parecer nº. 480/83 que trata da instalação dos laboratórios prevê que uma redação deve ter uma máquina de escrever por aluno, com o máximo de 45 máquinas por sala; material de consumo constituído de papel padronizado para meios impressos e eletrônicos. Além disso, prevê um ramal telefônico por sala e um teletipo de agências de notícias.

No que deveria ser a redação do Jornal Laboratório da FACOM/UFBA, o número de máquinas não corresponde ao determinado pela legislação além de mais da metade encontrar-se sempre quebrada. Não são disponíveis papéis padronizados, nem o teletipo de agências de notícias. A linha telefônica adquirida para a redação foi instalada no gabinete da direção da Faculdade, onde hoje liga-se um FAX recém-adquirido.

Na verdade, a Faculdade de Comunicação da UFBA tem se revelado pouco competente na tarefa de manter seus núcleos laboratoriais. A falta de planejamento quanto ao uso e manutenção dos poucos equipamentos de que dispõe, inviabiliza o acesso sistemático dos alunos à prática laboratorial.

Apesar destas e outras deficiências técnicas, administrativas e financeiras, deve-se destacar que o ensino do Jornalismo na Bahia melhorou muito nos últimos 25 anos. Houve uma melhoria significativa na estruturação do quadro docente, principalmente a partir da década de 80 com a incorporação de professores com cursos de pós-graduação.

A melhoria do ensino de Jornalismo também contribuiu para o desenvolvimento ético-profissional daqueles que militam na imprensa local. Foi a partir do início da década de 70 que os jornais baianos passaram a procurar profissionais egressos do curso de jornalismo, havendo hoje, em todas as redações, ex-alunos da UFBA exercendo as mais variadas atividades nas redações dos jornais e emissoras de rádio e televisão, na Bahia e em outros Estados. Os jornalistas formados pela UFBA também são encontrados exercendo funções de redatores de publicidade, em agências de médio e grande porte, e executam ainda tarefas nas áreas de marketing e relações públicas nas grandes empresas públicas e privadas.

Assim, pode-se afirmar que as contribuições do curso de Jornalismo na Bahia apresentam saldo positivo. Um exemplo disso foi o depoimento do jornalista Jorge Calmon, editor chefe de *A Tarde*, quando parainfou, em 1986, a turma de Jornalismo da UFBA. Em seu discurso, intitulado "Oito razões – entre muitas outras – para que exista o Curso de Jornalismo", ele destacou que "se os cursos de Jornalismo são falhos, o certo não é condená-los, ou postular sua extinção; sim, exigir que sejam colocados à altura de sua importante função, pois hoje deles, exclusivamente deles, depende o suprimento da mão-de-obra à imprensa. E esta é uma exigência que se agrava em razão do crescente emprego dos meios eletrônicos no trabalho jornalístico, demandando profissionais que, além de possuírem autonomia de texto se apresentem treinados no uso da aparelhagem criada pela informática".

As "Oito razões" levantadas por Jorge Calmon, favorecem, afirmou ele, de modo insofismável, o funcionamento dos cursos de Jornalismo. São elas: a opção vocacional; a seleção dos mais aptos ao exercício da profissão; o preparo para o ofício; o conhecimento da ética do Jornalismo; o estudo da legislação de imprensa; a formação universitária do comunicador; a profissionalização definitiva do jornalista; e, afinal, a estabilidade econômica da categoria.

Vale destacar, também que nos últimos cinco anos o curso de Comunicação (habilitação em Jornalismo) vem se evidenciando como um dos três mais procurados da UFBA. Isto tem contribuído para que o processo de seleção privilegie os alunos mais preparados, em geral provenientes de escolas particulares, e integrantes da classe média alta. Embora esta situação esteja contribuindo para uma elitização do curso, não se pode negar a melhoria do nível do alunado, elevando a qualidade dos debates e estudos. Em contrapartida tem aumentado o índice de frustração da expectativa do estudante em relação ao que lhe é oferecido, gerando alto índice de evasão. A cada semestre constata-se aumento do número de trancamento de matrículas e de abandono do curso.

A situação é preocupante e tem mobilizado alunos e professores conscientes da necessidade de providências urgentes para mudá-la. Sabe-se que, para tanto, já não basta publicar os oito números/ano do "Jornal Laboratório", atendendo à exigência do CFE, nem comprar novos equipamentos laboratoriais ou responsabilizar o atual currículo por cercear a criatividade.

A solução pode ser relativamente simples: basta que se vençam os desafios da integração teoria-prática. É necessário, também, uma análise crítica para a identificação dos pontos dificultadores do ensino do Jornalismo. Mas, sobretudo, é necessário ousar, forçando mudanças na estrutura e desenvolvimento curricular.

Não se pode esquecer que a Resolução 02/84 permite abertura para remanejamentos e desdobramentos de disciplinas. Até porque para existência de um bom curso, não basta apenas um bom currículo, é necessário trabalhá-lo de forma que possa render em todas as perspectivas, sejam elas práticas ou teóricas. Vale destacar as experiências curriculares que estão sendo implantadas pela USP e pela UNB, numa demonstração clara de que ainda existem espaços para novas tentativas de se encontrar o currículo ideal e atual.

COCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Conduto, no momento atual não se pode dissociar a problemática do Jornalismo e do seu ensino da crise econômica, social e moral que o país está vivendo, e que, por certo, vai influenciar diretamente numa nova tendência curricular norteadora do ensino jornalístico até o fim desta década. A julgar pelas características da atual demanda, podemos até arriscar, que haverá uma tendência maior de se adaptar os currículos às necessidades regionais. Haverá, também, uma tendência mais liberal no sentido de permitir ao próprio aluno a proposição de seu próprio plano de estudo, concentrado em disciplinas de sua área pessoal de interesse, facilitando uma especialização, logicamente assegurando o cumprimento do mínimo de disciplinas necessárias ao embasamento geral.

O ensino exclusivamente teórico vem perdendo e deve, no futuro, perder ainda mais espaço para a aprendizagem prática. É necessária, entretanto, a busca do equilíbrio decorrente de um ensino onde exista uma verdadeira interação entre teoria e prática.

Para tanto, se de um lado é necessário que os professores de prática jornalística mantenham alguma atividade profissional além da que exercem na sala de aula para manter um elo entre a escola e o mercado de trabalho, é igualmente imprescindível que os professores das disciplinas teóricas, pelo menos entendam essa necessidade.

Urge analisar criticamente a postura defendida por alguns de que não compete às universidades, principalmente as públicas, o papel de preparar mão-de-obra para as empresas. Corre-se o risco de, radicalizando, preparar profissionais para mercado algum.

Às universidades cabe preparar o cidadão-profissional, devidamente habilitado para, livremente, decidir como atuar na comunidade, exercendo suas funções sociais onde mais se identifique para que consiga exercer seu papel com competência e obter sua sobrevivência com dignidade. Para tanto, as universidades devem facilitar aos estudantes as mais variadas experiências. Por isto, geralmente recomendamos aos nossos alunos, que aproveitem o período universitário para serem verdadeiras esponjas, absorvendo tudo o que for possível, dos professores qualquer que seja a situação, uma vez que o processo ensino-aprendizagem não acontece apenas nas salas de aulas, mas também nos corredores, nas cantinas, em bate-papos informais que girem em torno do jornalismo em particular e da comunicação em geral.

Outro aspecto fundamental a considerar é que a revolução tecnológica que se está vivendo não foi considerada quando da elaboração do atual currículo mínimo. Se não se desdobrar as disciplinas existentes, aproveitando a flexibilidade curricular, não se terá condições de manter esse ensino atualizado. Para tanto, é necessário que os professores participem, freqüentemente, de atividades de reciclagem e que, onde existam cursos de pós-graduação sejam abertos espaços para atualização frente aos avanços tecnológicos.

Todos os esforços devem convergir para assegurar a formação de profissionais competentes, com uma visão crítica da realidade e em condições de cumprir seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Luíz. "O Ensino do Jornalismo no Nordeste" (depoimento), in *Cadernos de Jornalismo e Editoração*, no. 18. São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração, ECA/USP, 1986.

CALMON, Jorge. *Oito Razões (dentre muitas outras) para que exista Curso de Jornalismo*. Discurso proferido na formatura dos Bacharéis em Comunicação, com habilitação em Jornalismo pela UFBA, 1986.

CASTELLO BRANCO, Vitorino Prata. "O Primeiro curso de jornalismo em São Paulo" (depoimento), in *Cadernos de Jornalismo e Editoração*, no. 18. São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração. ECA/USP, 1986.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Jornal Laboratório: Do Exercício Escolar ao Compromisso com o Público Leitor*. São Paulo: Summus Editorial, 1989.

MARQUES DE MELO, José. "Pedagogia da Comunicação: as Experiências Brasileiras", in *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*, primeiro capítulo.

_____. "Currículo mínimo de comunicação: o soneto e as emendas", in *Boletim do Intercom*, no.46, São Paulo: Intercom, 1984, pp. 37-40.

_____. "Jornalismo Brasileiro: A Pesquisa e a Conjuntura Política", in *Comunicação: Teoria e Política*, São Paulo: Summus, 1985, pp. 59-69.

UFBA. *A Biblioteconomia na Bahia: 40 Anos de Atividades*, 1982.

Trabalho apresentado originalmente durante o XVI Congresso Brasileiro de Pesquisa da Comunicação, realizado em Vitória do Espírito Santo, de 3 a 7 de setembro de 1993, no GT de Jornalismo, Simpósio Acadêmico: 50 Anos de Ensino de Jornalismo no Brasil.